

Bancos ignoram a lei



Portas de segurança: Sindicato quer o cumprimento da lei

A Prefeitura de Caxias do Sul passou, a partir do dia 10 de fevereiro deste ano, a ser cúmplice das administrações dos bancos por qualquer dano decorrente de assalto causado aos bancários e clientes, às agências e postos de ser-

viços que não tiverem porta de segurança. Desde esta data, a prefeitura tem poderes para fiscalizar e autuar as instituições financeiras que descumprirem a Lei Complementar nº 14, proposta pelo Sindicato e aprovada pela Câ-

mara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul.

Após a aprovação da lei, já houve um assalto ao posto de atendimento do BCN na Robertshaw, na segunda-feira, no dia 15 de março de 1996.

Já prevendo morosidade por parte da prefeitura, no dia 15 de fevereiro de 1996, o Sindicato encaminhou um pedido, por escrito, à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, solicitando a fiscalização e denunciando várias agências que estão descumprindo a lei.

Segundo levantamento do Sindicato, 22 agências e 55 de postos de serviço ainda não instalaram as portas de segurança, isto representa 57% das agências e 100% dos postos. A maioria, portanto.

CASO BANERJ

Arbitrariedade do início ao fim

Indiferença e injustiças evocam tempos da ditadura militar

O fechamento da agência do Banerj, em Caxias do Sul, lembrar, em certa medida, os duros tempos da ditadura militar. O que mostra que, mesmo em tempos de democracia política, traços do velho autoritarismo brasileiro persistem em manifestar-se.

Os dezenove funcionários, sendo que o que menos tempo de casa tinha eram 14 anos, ficaram sabendo do fechamento da agência simultaneamente ao comunicado, pelos auditores, de que estavam demitidos. Dormiram empregados e nem em sonho imaginavam que acordariam desempregados. Todos com famílias e longos anos de serviços prestados ao banco.

Como se isso não fosse o bastante, foram submetidos à humilhação de verem os au-

ditores do banco trocarem as fechaduras das portas da agência. O que foi noticiado pela imprensa. Não poucos telespectadores da TV Caxias, canal 8, afiliada da RBS, pensaram que a agência estava sendo fechada por causa de desonestidade dos funcionários.

O banco Bozzano, Simonsen, instituição financeira privada que atualmente administra o Banerj, sequer cumpriu com o que determina a legislação trabalhista. Dentre os dezenove funcionários, uma está grávida, um é dirigente sindical e outras duas estavam para se aposentar. Portanto, os quatro gozavam de estabilidade provisória nos termos da lei. O Bozzano, Simonsen demitiu os quatro. Até o momento

apenas indenizou a funcionária grávida.

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, historicamente comprometido com os direitos dos bancários e com a manutenção do emprego, percorreu todos os caminhos possíveis para manter a agência do Banerj em funcionamento. Tentou a via administrativa, mas esbarrou na decisão irreversível da diretoria do Bozzano, Simonsen. Tentou a via política, mas esbarrou na indiferença dos políticos. Tentou a via judicial, mas sequer uma liminar conseguiu.

A agência do Banerj fechou oficialmente no dia 26 de fevereiro de 1996. As contas que ainda restavam foram transferidas para o Bamerindus.

SINDICATO MANTÉM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, sempre buscando esclarecer a categoria, alerta sobre maus profissionais que tentam se estabelecer às custas de promessas vantajosas, da pressão e da insistência sobre o trabalhador. Com os planos de demissões voluntárias, acentuou-se o problema dos chamados "papa-defuntos", que são os advogados que ficam rondando o sindicato e os bancos, esperando pelos novos ex-bancários e os assediam de forma insistente, prometendo vantagens que não podem cumprir, como: "comigo você vai ganhar mais", "comigo a justiça anda mais rápido", "cobro menos honorários", etc... Talvez para quem desconheça totalmente o judiciário esta conversa seja tentadora, mas para quem conhece o mínimo sabe que não há como apressar o Judiciário, e nem como convencer os banqueiros a pagarem mais em determinada ação. Quanto à cobrança de honorários, o Sindicato dos Bancários é associado ao Sistema Unitário de Assistência Processual (SUAP). Por este sistema o Sindicato mantém convênios com renomados escritórios de advocacia em Porto Alegre, para os recursos ao Tribunal Regional do Trabalho (TR), e em Brasília, no caso de recursos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) ou Supremo Tribunal Federal (STF). Outra vantagem deste convênio é o baixo custo. Os honorários são menores que os cobrados pelos outros escritórios de advocacia. Se o bancário for sindicalizado, só tem a ganhar.

Os bancários e os ex-bancários não devem se deixar levar por advogados "milagreiros". Na Justiça do Trabalho, milagres não existem.

A tabela abaixo mostra a vantagem que o Sindicato, através do SUAP, oferece aos seus associados:

	ASSOCIADOS	NÃO ASSOCIADOS
Processos individuais em que o banco seja condenado a pagar honorários de assistência judiciária	2%	7%
Processos individuais em que o banco não seja condenado a pagar honorários de assistência judiciária	10%	20%
Processos plúrimos em que o banco não seja condenado a pagar honorários de assistência judiciária	15%	15%
Processos plúrimos em que o banco seja condenado a pagar honorários de assistência judiciária	não há	não há

A Convenção 158 da OIT e as novas regras para rescisões de contrato



os primeiros dias de janeiro do corrente ano, entrou em vigor no Brasil a Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe sobre o "Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador". Em resumo, tal Convenção dispõe que apenas é admitida a demissão de um empregado se o empregador apontar os motivos do rompimento do contrato.

Antes de adentrarmos nos aspectos particulares, cabe esclarecer o que significam as Convenções da OIT, o que poderá clarear muito a apreciação do tema em discussão. Segundo a definição de Arnaldo Süssekind (*in Direito Internacional do Trabalho, Ed. Ltr*) "as convenções constituem tratados multilaterais abertos à ratificação dos países que, uma vez ratificados, integram a respectiva legislação nacional". Em outras palavras, são regulamentações de determinados aspectos das relações trabalhistas com validade obrigatória para todos os países que as ratificarem.

A Convenção nº 158 da OIT passou a vigorar no Brasil desde janeiro/96

O Brasil ratificou o texto desta Convenção em setembro de 1992, tendo sido, em 5 de janeiro de 1995, depositado na sede do aludido organismo internacional. Como o artigo 16 estipulou o prazo de 12 meses após o registro para o início da vigência, essa ocorreu, em nosso país, a partir de 6 de janeiro passado.

O mais importante, no presente caso, não é porém o conhecimento das formalidades que cercam a Convenção, mas sim o seu conteúdo, que estabeleceu novas regras para a rescisão dos contratos de trabalhos. Primeiramente, é

importante salientar que o que motivou a OIT a aprovar a aludida convenção foram "os graves problemas que se apresentam nessa área (término da relação de trabalho) como consequência das dificuldades econômicas e das mudanças tecnológicas ocorridas durante os últimos anos, problemas estes bastante presentes no Brasil atual."

Fica vedado expressamente o término injustificado da relação de trabalho.

O aspecto mais relevante da Convenção 158 está contido em seu art. 4º, que veda expressamente o término injustificado da relação de trabalho, nos seguintes termos:

"Artigo 4º - Não se dará término à relação de trabalho de um trabalhador, a menos que exista para isso uma causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento, ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço."

Portanto, como se vê no texto acima, apesar de não estarem proibidas as demissões, há a exigência legal de que essas sejam justificadas, terminando com a prática habitual e majoritária dos empregadores de efetuarem demissões imotivadas, sem qualquer esclarecimento a respeito dos motivos que fundamentaram tal decisão.

Nesse sentido, o artigo 7º prevê que antes de ocorrer a demissão deve o trabalhador ser comunicado dos motivos que a determinaram, podendo, caso a entenda injustificada, se defender das acusações a ele feitas, com o intuito de manter o vínculo empregatício, ou obter uma indenização pelo término dos serviços. Se a empresa alegar, para o término da relação de trabalho, razões baseadas em necessidade de funcionamento, deverá provar a existência de tais motivos, sob pena de nulidade da demissão.

Esse é o grande ponto de

polêmica da Convenção 158 da OIT. Acostumados a tratar seus empregados como mercadoria que pode ser descartada aleatoriamente, não admitem os empresários brasileiros qualquer limitação nesse poder potestativo. Aliás, são refratários a qualquer regra que vise modernizar as relações de trabalho, arrepiando-se ao ouvir falar em participação nos lucros, inserção do empregado na empresa, garantia de emprego e outros aspectos similares. Assim, tem-se ouvido inúmeras declarações no sentido de que a Convenção 158 não encontra-se em vigor, pois depende de aprovação de uma Lei Nacional que a regule. Esse entendimento, em nosso entender indefensável, tem o único intuito de limitar sua aplicação, mantendo inalterada a perversa e arcaica realidade brasileira.

Tentativas de limitar a aplicabilidade são inconstitucionais

No entanto, mesmo com toda resistência, é inegável que a Convenção 158 está em vigor, e que a partir de agora o empregador deverá observar suas disposições para efetivar qualquer demissão.

A Constituição Federal estabelece entre os fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. A ratificação da Convenção 158 da OIT explicita tal disposição constitucional, concedendo ao trabalhador o direito à relação de emprego protegida contra dispensa arbitrária. Qualquer tentativa de limitar a aplicabilidade da Convenção caracteriza-se, portanto, como inconstitucional, além de demonstrar de maneira inequívoca o atraso em que vivem as chamadas "elites" empresariais brasileiras.

Vanius João de Araujo Corte
Advogado

Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis. Sede: Rua Borges de Medeiros, 574, Caxias do Sul - RS - Fones: 223.2166 e 223.3119 - Diretor de Imprensa: Wilson Steinmetz - Fotos: Dirce Perini e Wilson Steinmetz - Planejamento gráfico e editoração: Traço Diferencial Comunicação: 220.1650 - Fotolitos e impressão: Jornal Pioneiro - Tiragem: 2.300 exemplares.

evidência

DENÚNCIA

BB não paga horas extras

O Jornal Voz do Bancário denunciou para toda a categoria, já na edição de agosto de 1995. A diretoria do Sindicato dos Bancários pediu que a Subdelegacia Regional do Trabalho de Caxias do Sul fiscalizasse. Mas não adiantou. O grande número de horas extras nas agências do Banco do Brasil

continuam sem que sejam devidamente remuneradas, em integralidade. O bancário recebe por todas as horas trabalhadas. Dinheiro para tampar, digamos assim, o buraco. Como o Nacional, Econômico e outros. Para pagar jornada extraordinária de trabalho, não tem.

SOLIDARIEDADE

Lição dos funcionários do Bamerindus

Apesar de vivermos em tempos de pregação explícita do darwinismo social (a lei do mais forte, "salve-se quem puder"), há ainda quem acredite e pratique a solidariedade. É o caso dos funcionários da agên-

cia centro do Bamerindus Caxias do Sul. Cada funcionário doa um ticket por mês ao da Velhice. Em média, são tickets por mês, somando 210,00. O valor é doado em forma de alimentos.

BRDESCO

Funcionários reagem contra demissões

A Comissão Nacional dos Funcionários do Bradesco decidiu deflagrar uma campanha nacional contra as demissões no banco. Somente na segunda semana de março foram dispensados 500 brades-queanos. O banco pretende demitir 12 mil funcionários, o que representa 20% do quadro funcional. A meta, a curto prazo, é reduzir o contingente de funcioná-

rios por agência, ficando com uma média de 17 funcionários por estabelecimento. Para o ano 2000, o objetivo é chegar a uma média de 12 funcionários. Os sindicalistas avaliam que as demissões ocorrerão principalmente nos grandes centros. Funcionários do Bradesco tendem unir-se aos do Itaú, que também estão enfrentando uma onda de demissões.

CUT

Propostas para criar empregos

A CUT nacional lançou, no dia 19 de março, a campanha Solidariedade Nacional pelo Emprego. É um conjunto de propostas que pode gerar até 3 milhões de empregos. Eis as sugestões da CUT:

■ jornadas de trabalho reduzidas para 40 horas semanais, em média, respeitando o limite mínimo de 36 horas e máximo de 44 horas;

■ redução do pagamento do Imposto de Renda, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto

Sobre Serviços (ISS) para microempresas;

■ estabelecimento de percentual obrigatório dos recursos dos bancos oficiais e privados para a realização de empréstimos a empreendimentos produtivos que gerem empregos;

■ retomada dos investimentos em infra-estrutura pública social.

A CUT contesta o índice oficial de desemprego que é de 12,5%. Para a central sindical, a estatística oficial não capta o subemprego e o desemprego por desalentamento.

GAREF BB

Amaral vence, mas pode não levar

Fernando Amaral, do Rio de Janeiro, foi eleito pelos funcionários para representá-los no Conselho de Administração do Banco do Brasil. Na eleição que ocorreu nos dias 26 e 27 de fevereiro, Amaral recebeu 26.850 votos.

A diretoria do banco sempre nomeou o mais votado. Essa tradição está para ser rompida. Paulo Ximenes pretende empossar a terceira colocada nas eleições, a superintendente Érica Moser.

Ela teve 13 mil votos. A meta dos votos de Amaral.

O BB diz que analisará o currículo de cada um dos primeiros colocados. Um pretexto para desrespeitar o democrático resultado das eleições. Se a democracia, vence a maioria. Paulo Ximenes quer que a maioria leve os louros. Mas os funcionários e o movimento sindical não aceitarão que a vontade da maioria seja golpeada. Quem vence, leva.

Governo acelera reformas e ignora corrupção

Será que FHC acredita que estabilidade é incompatível com combate à corrupção, ou teme as CPIs?

O presidente Fernando Henrique Cardoso não pára de surpreender os que conhecem seu passado como sociólogo e opositor da ditadura militar. Primeiro, para vencer e governar o país aliou-se aos setores mais conservadores e fisiológicos da política brasileira, responsáveis pelo nosso atraso, pelas nossas mazelas sociais. Depois, tentou liquidar com o movimento sindical na greve dos petroleiros. Mais: beneficiou os grandes latifundiários, caloteiros históricos. Deu as costas para a crise social. Graças aos juros altos, a dívida interna do país mais que dobrou em

seu governo. Por fim, FHC pôs-se a salvar bancos, principais financiadores de sua campanha eleitoral. Tudo em nome da estabilização e das reformas.

Em 1995, deu início às reformas. Em 1996, começaram a surgir sinais de corrupção no governo. Caso SIVAM, a pasta rosa, a quebra do Nacional e do Econômico e a cumplicidade do Banco Central. FHC ignora todos esses "casos". Quer varrer tudo para baixo do ta-

pete. Em nome das reformas que, supostamente, vão trazer investimentos para o

Brasil e conseqüentemente desenvolvimento social. Em nome da estabilidade, que

todos nós reconhecemos ser importante. Ninguém é contra a estabilidade. Mas colocar a alternativa "reformas e estabilidade ou combate à corrupção" é um falso e odioso dilema. É dever do governante combater a corrupção, zelar pela *res publica* (coisa pública) e, ao mesmo tempo, criar condi-

ções para a estabilidade e o bem-estar social de todos. São tarefas compatíveis.

Então, por que FHC coloca esse falso dilema? Será por que realmente acredita que são coisas incompatíveis ou é o temor de que haja pessoas do governo envolvidas em corrupção no caso SIVAM e na crise do sistema financeiro?

Como não subestimamos a capacidade de FHC, não acreditamos que a hipótese verdadeira seja a primeira. Tudo indica que FHC, em uma CPI do SIVAM e uma dos bancos, não quer ver nenhum de seus auxiliares diretos e aliados no Congresso pegos com a mão na cumbuca.



ELEIÇÕES 94

Poder econômico elegeu FHC

Bancos destacam-se como apoiadores financeiros da campanha mais cara do país

O candidato Fernando Henrique Cardoso, apresentado às oligarquias políticas e ao poder econômico como o único capaz de derrotar o candidato da esquerda, teve a campanha mais cara do país. Segundo dados oficiais, fornecidos pelo TSE, FHC gastou R\$ 33.961.783,53, muito além dos US\$ 24 milhões admitidos como limite máximo de gasto de um candidato a presidente da França.

NUNCA NA HISTÓRIA DO PAÍS UM CANDIDATO RECEBEU TANTO

O poder econômico foi prodígio com o candidato tucano, doando a sua campanha várias vezes mais que a do segundo colocado e quase três vezes mais do que todos os demais candidatos juntos, inclusive o segundo colocado.

Nunca na história do país um candidato contou com tanto volume de recursos em sua campanha, nem mesmo Fernando Collor. Também podera, com a agenda de reformas em bases neoliberais como a abertura da economia ao capital estrangeiro,

a privatização de estatais, a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, a desnacionalização do subsolo, o fim do conceito de empresa de capital nacional e extinção de prioridade na aquisição pelo poder público dos produtos de empresas brasileiras, além das reformas tributárias, administrativa, previdenciária, da legislação trabalhista e sindical, todas de interesse do poder econômico, não poderia ser diferente.

As entidades do sistema financeiro nacional que contribuíram em peso com a campanha de FHC não devem estar arrependidas. Nunca houve um presidente tão generoso com o sistema financeiro como o atual.

REAIS INTERESSES DOS COLABORADORES VÊM A TONA

Passado um ano da posse do presidente, precebe-se claramente os reais interesses de alguns importantes colaboradores da campanha presidencial. Os principais doadores da campanha, além do

interesse direto na plataforma do candidato, como a quebra de monopólio e privatização de estatais, tinham contenciosos com o governo, seja crédito a receber, no caso das empreiteiras, seja dívidas a pagar, especialmente à Previdência Social, que recentemente fez aprovar uma lei no Congresso, dando nova anistia de multa e permitindo o parcelamento ou reparcimento das dívidas, inclusive as já negociadas.

APOIADORES AGORA COBRAM CARO PARA VOTAR COM O GOVERNO

Agora pressionado por algumas bancadas de parlamentares, entre as quais a ruralista, que negociam seus votos a preço de ouro, o presidente começa a se sentir incomodado, acusando-os de lobbistas. O curioso nessa história, para não dizer escandaloso, é que esses grupos de pressão são constituídos por parlamentares que representam os principais financiadores de campanha, que agora cobram caro para votar com o governo. E a conta,

PRINCIPAIS BANCOS DOADORES

DOADOR	VALOR URV/REAL
Banco Brasdesco	1.821.842,50
Banco Itaú S.A	1.688.648,19
Banco Nacional de Investimentos S.A	529.900,00
Unibanco S.A	501.300,00
Banco Itamarati S.A	345.000,00
Banco Boavista S.A	300.000,00
Banco Rural S.A	300.000,00
Banco de Crédito Nacional S.A	292.300,00
Bamerindus Dist. Tit.e Val. Mob. Ltda	276.000,00
Banco Icatu S.A	268.846,95
Banco Real de Investimentos S.A	218.100,00

geralmente em forma de incentivos, anistias ou isenções fiscais, será paga pelo contribuinte se o governo ceder.

Quanto aos setores que mais contribuíram para a campanha presidencial, destacam-se os bancos e seguradoras, as empreiteiras, o cartel do cimento, as empresas petroquímicas e refinarias privadas, os planos de saúde privados, os consórcios in-

teressados na privatização das telecomunicações, as indústrias siderúrgicas, companhias de papel e celulose, grandes multinacionais do setor de medicamentos, indústrias de alumínio, e finalmente os setores de alimentação, sucroalcooleiro, de agropecuária e agro-industrial voltados para a exportação.

PRIVATIZAÇÃO

Venda do Meridional refuta argumentos pró-privatização

Com a publicação do edital de privatização do Meridional no dia 20 de março e leilão marcado para 14 de maio, inicia-se, definitivamente, a aplicação do Programa Nacional de Desestatização (PND), lançado no governo Collor, no sistema financeiro. A venda do Meridional, se não serve para o governo arrecadar dinheiro, ao menos serve para refutar a pretensa universalidade dos argumentos justificadores da privatização no Brasil.

Primeiro argumento: toda estatal dá prejuízo, logo deve ser privatizada. Os fatos: Meridional é lucrativo (R\$ 38 milhões em 1995). Segundo argumento: estatal é cabide de emprego. Os fatos: não há notícias de empreguismo no Meridional; são apenas 9004 funcionários. Terceiro argumento: com o dinheiro da privatização reduz-se o estoque da dívida interna. Os fatos: serão aceitos 90% em "moedas

podres" na privatização do Meridional. A dívida interna já ultrapassa aos R\$ 100 bilhões. O preço mínimo do Meridional é de R\$ 377,3 milhões. Portanto, um balde d'água no Rio das Antas.

Os privatistas por convicção e os por oportunismo também costumam alardear que a gestão pública é ineficiente e gestão privada é eficiente, como se o setor público tivesse o monopólio da má gestão e a iniciativa privada da boa gestão. Meridional e Usiminas, de um lado, Econômico e Nacional, de outro, desmentem esse argumento.

RS NÃO REAGE À PRIVATIZAÇÃO

Com exceção do movimento sindical e de parte da bancada gaúcha na Câmara Federal, não houve reação à privatização do Meridional. Isso mostra que a maioria dos gaúchos ignora a importância do Meridional para seu estado bem como a possibilidade de a sede das decisões do banco deslocar-se



Meridional: agência centro de Caxias do Sul

para o eixo Rio-São Paulo, daqui a cinco anos. Para o RS, não veio a Renault, a Mercedes Benz. Some-se a isso, agora, a provável saída do Meridional. É o estado enfraquecendo-se. FHC prometeu investir aqui no estado o dinheiro do leilão. Mas são apenas os 10% do dinheiro que deverão ser depositados pelo comprador. Trocaremos o Meridional por aproximadamente R\$ 37,7 milhões. Quantos quilômetros é possível asfaltar com esse dinheiro? Só o lucro de 1995 já é superior a esse va-

lor. Fora os impostos e que ficaram no estado.

PROER PODE SER UTILIZADO

A forma de privatização do Meridional é um escândalo. 90% em moedas podres, apenas 10% em dinheiro e, se houver problema de liquidez após a privatização, há R\$ 1,2 bilhão do Proer à disposição. Assim fica fácil comprar um banco. Como já disse alguém, a privatização no Brasil é a nova forma de acumulação de capital.

Os interessados não são consultados



homens e 30 para mulheres de tempo de serviço, passará ser o mesmo período de tempo de contribuição para o INSS.

Ora, todos sabemos quantos trabalhadores ficaram desempregados ou trabalharam sem carteira assinada em nosso país. Sendo que no Norte e Nordeste, a maioria não tem carteira assinada. A

mudança desse critério significa eliminar a possibilidade de aposentadoria, antes dos 65 anos para homens e 60 para mulheres, para milhões de brasileiros. Lembremos dos milhões de pessoas que começam a trabalhar ainda quando crianças ou na adolescência. Agüentarão trabalhar até os 65 anos?

Outra mudança é o fim da aposentadoria proporcional para os trabalhadores da iniciativa privada. O homem não mais poderia se aposentar com 30 anos de traba-

lho, nem a mulher com 25 anos.

Como se não bastasse, os privilégios de parlamentares e outros ocupantes de cargos eletivos serão mantidos. O mesmo ocorre com alguns setores públicos, como o judiciário. Também deverá ser mantida a permissão de aposentadorias cumulativas. Ou seja, ter várias aposentadorias. Como José Sarney, por exemplo, somando-se o salário de senador mais as aposentadorias de ex-governador, ex-presidente, ex-deputado federal, leva para casa, no fim do mês, R\$ 15.000,00. É uma imoralidade, quando milhões de brasileiros recebem um salário mínimo. O mais grave é que os milhões de brasileiros que serão atingidos pela reforma de previdência não foram consultados. Sequer um plebiscito será feito.

Para o movimento sindical, antes da reforma, é necessária uma auditoria da Previdência Social, investigar suas contas. Simultaneamente, desencadear um combate implacável contra a sonegação. Assim seria possível saber da necessidade da reforma. Se necessária, debatê-la publicamente. E depois de aprovada pelo Congresso Nacional, submetê-la a um plebiscito.

De todas as reformas propostas pelo governo FHC, nenhuma delas têm tanto impacto social como a reforma da previdência. É a que mexe com todos os brasileiros, principalmente os assalariados, sejam da iniciativa privada, sejam do setor público. Ficará mais difícil se aposentar, principalmente para os trabalhadores da iniciativa privada.

O governo pretende alterar os requisitos para aposentadoria. Destaca-se a mudança do critério de tempo de serviço para tempo de contribuição. Ao invés de 35 anos para

PREVIDÊNCIA

CUT

Voz do Bancário

JORNAL DO
SINDICATO DOS
BANCÁRIOS DE
CAXIAS DO SUL
E REGIÃO
ANO 13 - Nº 66
MAIO/1996

Sede Campestre em Fase Conclusiva

MERIDIONAL

Luta Contra Privatização do Banco Continua

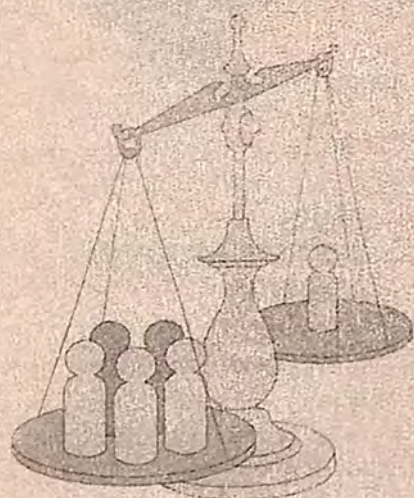
Uma luta contra a privatização do Meridional ganhou um novo alento. A alteração da data de privatização para 11 de junho, às 16 horas, na Assembleia de Valores do Rio de Janeiro, possibilita a atuação de novas forças políticas e a tomada de ações concretas, para tentar impedir aquilo que não se deseja: a privatização de um banco lucrativo em um momento de crise no setor financeiro nacional.

O argumento utilizado pelo governo para justificar a alteração da data da privatização foi o pedido dos grupos pré-qualificados. Na realidade, há um poderosíssimo lobby de interesses. Alguém, interessado na redução do preço mínimo de compra, trabalha sobre uma carteira de ativos "reservados" do banco, algo em torno de R\$ 1,2 bilhão, de difícil retorno. Quem conhece o desempenho do Meridional sabe que isso é mentira. Há incompetência, sim, mas em níveis idênticos aos dos outros bancos, em razão da falta de juros altos do mercado.

O movimento sindical e as forças políticas e sociais expressivas do Rio de Janeiro do Sul continuarão lutando contra a privatização. O futuro para o Meridional é continuar sendo um banco federal, com forte atuação na região sul, visando o desenvolvimento econômico, preparando o futuro do Meridional.



O sonho dos bancários começa a se tornar realidade, a Sede Campestre ficará pronta no segundo semestre.



Finalmente o governo federal reconheceu a aplicabilidade imediata da Convenção 158 da OIT. Diz o artigo 1º do Decreto 1.855, de 10 de abril de 1996: "A Convenção 158 (...) deverá ser executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém". Está garantida, pois, a proteção contra a demissão arbitrária. Para ser válida juridicamente, o empregador



LEGISLAÇÃO

Demissão Imotivada é Ilegal

dor deverá justificar a demissão. Se não o fizer, o empregado poderá acioná-lo judicialmente, pedindo a reintegração. O Sindicato dos Bancários decidiu que, nos casos em que o empregador não justificar a dispensa, será feita ressalva na rescisão contratual. A entidade também colocará à disposição do bancário demitido

os advogados por ela contratados. Ajuizada ação de reintegração, caberá ao empregador provar a existência de causa justificada para a demissão. Para o movimento sindical, a Convenção 158 é um instrumento jurídico para salvaguardar os interesses dos trabalhadores. Principalmente, neste momento de crescente desemprego.

Em breve, os bancários poderão usufruir da sede campestre. É um projeto antigo. Mais de 10 anos. Quase um sonho. Mas só quem sonha faz acontecer. Mérito das últimas diretorias do Sindicato. Mas, faça-se justiça, mérito principalmente dos bancários. Foi com sua colaboração financeira que viabilizou-se esse audacioso projeto. Na campanha salarial de 1994, a diretoria do Sindicato encaminhou, em assembléia, uma proposta de desconto assistencial de 5% sobre o mês de setembro (1994). Finalidade: construir a sede campestre. A categoria, mesmo com baixos salários, convenceu-se da necessidade e da seriedade da proposta. Concedeu o desconto assistencial pedido. Hoje, podemos dizer: valeu a pena!

Já no segundo semestre do corrente ano, os bancários terão à disposição uma área de 700 metros quadrados de área construída, com espaçosa sala de jogos, salão de festas, vestiários e outras dependências, bem como quiosque, campo de futebol sete, quadra de vôlei de areia, açude e belíssima área verde, inclusive com árvores frutíferas. A Sede Campestre fica na Estrada Velha do Desvio Rizzo, atrás do Carrefour. A obra, agora, encontra-se em fase de conclusão.

VEJA TAMBÉM

CUT Discute Greve Geral

Bradesco Discrimina Bancárias

Globalização e Emprego

'Problema Vital'

"(...) Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na 'Casa Grande' ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria 'Problema Vital'."

Lima Barreto, 22.02.1918



A passagem acima reproduzida é a parte final de uma crônica de Lima Barreto, e faz parte de coletânea editada pela Folha de São Paulo e pela Editora Ática. O tema central do texto é um artigo de Monteiro Lobato, escrito para o jornal Estadão, com o nome de "Problema Vital" (título repetido

por Lima e por mim). Comentava-se neste texto as doenças enfrentadas pelas populações interioranas do Brasil, e tratadas por médicos sanitaristas famosos na época. O diferencial entre o texto de Lobato e o de Lima são as soluções pensadas para o problema. Monteiro Lobato, juntamente com os médicos, acreditava que solucionariam os casos com um programa de melhorias higiênicas nas casas dos camponeses. Dizia que a eliminação da casa de sapê, por exemplo, já representaria primeira vitória contra as moléstias. Lima Barreto contra-argumentou, escrevendo que isso de nada adiantaria, pois as casas sem telhas de barro assim eram construídas por uma questão consuetudinária. Os fazendeiros não permitiam essas construções por temerem futuras ações de emissão de posse aos roceiros. Portanto, segundo Lima, se fossem liberados pelos senhores da terra a instalação das telhas nas casas dos trabalhadores, aqueles iriam aumentar a exploração salarial dos últimos, que teriam prejuízos em questões alimentares e de vestuário. Daria na mesma.

O que diz, então, Lima Barreto? *"(...) Precisamos (...) dividir a propriedade agrícola (...)".* Notemos: essas linhas do jornalista carioca foram escritas em 1918. Já no início do século pregava-se pela reforma agrária no país, através de penas independentes da intelectualidade nacional. Tinha-se a consciência, mesmo nos contrários (pois assim é: na maioria dos casos, os reacionários, mesmo sabendo que seus interesses são insustentáveis em uma nova estrutura, continuam em firme

posição de barrar mudanças), que a agrária era a principal reforma para colocar o Brasil no caminho do desenvolvimento, não só econômico como civilizatório. O modo de melhorar as condições de saúde das gentes do campo era a reforma agrária. O modo de acabar com a fome era a reforma agrária. O modo de diminuir a miséria era a reforma agrária. O tempo verbal continua o mesmo. No final do século o Brasil, um país que os atuais governantes pretendem inserido na economia mundial, ainda não realizou a partilha das terras improdutivas.

Hoje, as terras não pertencem mais ao "doutor vagabundo e parasita", como anteriormente. Hoje, os latifúndios estão nas mãos dos grandes financistas nacionais e internacionais, os mesmos que apoiaram o atual governo federal nas eleições, que estão interligados com as forças financeiras de todo o mundo, que elegem presidentes que seguem um modelo econômico universal que pretendem único e salvador. O atual bando que assumiu a direção do Brasil quer reformar o Estado, segundo nos informam através de seus porta-vozes não oficiais da imprensa. Querem que o velho Estado que serviu desde sempre aos oligarcas seja destruído, e que surja um novo Estado Brasileiro. Só que agora os donos do Estado serão os financistas. Não é essa a Reforma do Estado que o povo precisa. Para ele, comecem pela essencial e independente das outras: a Reforma Agrária.

ROBERTO FOGAÇA DO NASCIMENTO
Coordenador da Secretaria de Cultura
do Sindicato dos Bancários

evidência

CEF DEZOITO ADEREM AO PDV

Nas agências pertencentes à base do Sindicato dos Bancários, dezoito funcionários aderiram ao Programa de Demissões Voluntárias. Assim distribuídos: Canela, 3; Gramado, 1; São Marcos, 1; Veranópolis, 1; Garibaldi, 4; Caxias do Sul Centro, 7 e São Pelegrino, 1.

BANERJ RIO ASSUME PASSIVO TRABALHISTA

O governo estadual do Rio de Janeiro quer privatizar o Banerj até dezembro próximo. Para tanto - não destoando do escândalo que tem sido a privatização no Brasil -, dará todas as facilidades possíveis a quem comprar o Banerj. A última anunciada é: o governo do Rio de Janeiro assume o passivo trabalhista de R\$ 1,5 bilhão. Essa cifra, certamente, é muito maior do que será o preço mínimo do Banerj no leilão. Para os grandes grupos econômicos, participar da privatização continuará sendo um negócio fabuloso. Quem não gosta desse tipo de doação!



SAÚDE BRADESCO DISCRIMINA BANCÁRIAS

O "banco de Deus" vem discriminando as bancárias ao exigir a apresentação de uma série de documentos para incluir seus maridos/companheiros como beneficiários no plano de saúde. Esse procedimento vai de encontro às exigências de uma sociedade moderna e democrática, onde é condenável qualquer tipo de discriminação, bem como vai de encontro à Constituição Federal de 1988, que consagrou juridicamente a igualdade entre homens e mulheres.

BANESPA SENADO APROVA EMPRÉSTIMO

Depois de uma longa novela, com intermináveis vai-e-vem, finalmente, o Senado aprovou empréstimo de R\$ 7,5 bilhões ao governo de São Paulo para pagar suas dívidas junto ao Banespa.

Em que pese a boa notícia para o Banespa, o futuro da instituição é uma incógnita. E essa incerteza tem deixado os banespianos preocupados, principalmente os que trabalham em agências fora do Estado de São Paulo.

CUT CENTRAL DISCUTE GREVE GERAL

Em função da grave crise social por que passa o país - desemprego, caos na saúde e na educação, violência no campo -, a CUT entende que já é hora de os trabalhadores darem uma demonstração de descontentamento e de força contra o governo federal. Daí a discussão sobre uma greve geral. Só um movimento dessa proporção faria o governo de Fernando Henrique voltar-se para o social. De conversa e promessas todos estamos cheios!

PORTAS DE SEGURANÇA FENABAN RECORRE À JUSTIÇA

Inconformada com a Lei Complementar 14 (municipal), que torna obrigatória a instalação de portas de segurança em todas as agências e postos de serviço, a Fenaban ajuizou ação judicial alegando inconstitucionalidade. Mais uma demonstração de que a entidade máxima dos banqueiros pouco se importa com a segurança dos bancários e dos clientes. O Sindicato dos Bancários está cobrando a fiscalização pelo poder municipal e acompanhando os desdobramentos da ação judicial em curso.

Voz do Bancário

A "Voz do Bancário" é uma publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS
Fones: 223.2166 e 223.3119

Diretor de Imprensa: Wilson Steinmetz
Fotos: Mauro Cecon e Berenice da Silva
Editoração Eletrônica: Manoel J. Licks
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro (RBS Jornal)
Tiragem: 2.300 exemplares

Se você tem alguma
sugestão, crítica ou artigo
que julgue importante ser
publicado pela "Voz do
Bancário", escreva para o
Sindicato dos Bancários de
Caxias do Sul e Região no
endereço ao lado.
Sua contribuição será
bem-vinda.

Globalização e Emprego

Do Primeiro ao Quarto século, estas palavras fazem parte do cotidiano que assistimos nestes anos do que ainda nos resta do breve século XX, como o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995, Círculo das Letras), na sua obra: Era dos Impérios. Globalização, novos, competitividade, tecnologia. Pode ser que esteja aí a sístia esta completa organização da vida dos seres humanos. Na verdade, nada de novo há neste processo. O capitalismo do século XIX provocou também, substanciais mudanças no comportamento dos indivíduos, ao transformar uma economia agrária numa economia

diariamente nos mercados financeiros em busca da melhor "recompensa". Este mecanismo é a aposta das empresas Transnacionais que precisam estar em várias partes do Globo a fim de se aproveitarem das variações cambiais. No entanto, isso tem se tomado uma jogatina de proporções incontroláveis, que assusta até mesmo os que se beneficiam dela, como é o caso do megainvestidor George Soros², que confessou na sua recente entrevista às páginas amarelas da Veja (01/05/96), que é "preciso por um freio a estas coisas para não assitirmos a uma recessão global", que está ainda na memória do nosso breve século XX, em 1929, com o crack da

QUADRO - 1

MEDIDAS QUE AFETAM O EMPREGO

FORMAS DE REGULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA

EMPRESARIAL, SETORIAL, NACIONAL E INTERNACIONAL):
- Articulação entre as empresas do setor e/ou da cadeia produtiva.
- Negociações coletivas por empresas e setoriais, articuladas com negociações nacionais e projeto nacional de desenvolvimento.
- Presença de políticas setoriais (industriais, agrícolas, emprego, etc.) e de gastos públicos.
- Formas de regulação regional e internacional.
- Políticas públicas ativas ou de desregulação para o mercado de trabalho.

EXPANSÃO DA DEMANDA DOMÉSTICA E INTERNACIONAL

POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR:

- Maior ou menor expansão das exportações
- Maior ou menor expansão das importações

CRESCENTES MUDANÇAS NA PRODUTIVIDADE

WATTSO, J. (1965) Emprego e Condições Desreguladas: incertezas e desafios. CESIT/IE/IE-UNICAMP

industrial. Só que agora, o mais rápido processo que estamos vivendo, é muito mais rápido e em curto espaço de tempo destrói, além de indústrias, empregos, laços de solidariedade e faz emergir o capitalismo econômico, que tem a força de moda desde que as políticas Keynesianas no pós-guerra resolveram colocar "freios" na ação dos indivíduos. O individualismo e o exacerbado interesse pessoal sobre a moral e a ética, os valores de coesão social, são os valores do "Deus novo". É o que há um combate constante contra o Estado-Nação, que é impedido a eficiência e a produtividade desregulados que estão atingindo os tecnopóis. O que está por trás é a remoção de barreiras que impedem a livre circulação de capitais e a migração

bolsa de Chicago. A discussão sobre a questão do emprego não pode de forma alguma estar dissociada das questões macroeconômicas. Não são apenas ajustes ao nível da produção que afetam a questão do emprego, como apregoam dos tecnopóis. Em grande medida, os ajustes em nível microeconômico estão condicionados ao manejo das políticas macro. Como podemos observar pelo resumo do Quadro-1. Inserções passivas do país, frente aos mercados internacionais afetam drasticamente a questão do emprego. Sendo assim, é sintomático termos assistido após o governo Collor, com a abertura às importações, eliminação de parte do nosso tecido industrial e reflexos na eliminação de postos de trabalho. Os dados da Tabela-1, ilustram muito bem este processo de ajuste

Fonte: IBGE, FUNDAÇÃO SEADE, DIEESE, FGV, MTB

sobre a economia brasileira. No principal período do ajuste, entre 89 e 92, o emprego com carteira assinada foi reduzido em 7,9%, enquanto no período recessivo entre 81-83 foi de 6,3%. Nem mesmo o crescimento que tivemos com a criação do Real serviu para aumentar o emprego. No plano Cruzado, entre 84-86, o emprego formal cresceu 4,9% ante 0,7% no período recente. O emprego industrial ao longo dos anos 90, foi reduzido em 25%. Um em cada quatro trabalhadores perdeu o emprego na indústria, ante um aumento cavalgar da produtividade. E não só na indústria. No sistema financeiro, milhares de bancários foram substituídos por máquinas que sozinhas fazem operações que antes era preciso mobilizar várias pessoas. Não que isso seja um retrocesso, pelo contrário, o economista John Kenneth Galbraith, considera os avanços deste século como aquilo que há de bom no capitalismo, no entanto, faz uma ressalva: "o fosso que separa países ricos e pobres é maior hoje do que no final do século XIX"⁴.

O novo paradigma do mercado de trabalho é o setor de serviços. Com a queda do emprego formal a opção foi para as atividades chamadas "por conta própria", mas ao contrário do que apregoa o SEBRAE, nem todos têm vocação para serem "empreendedores" e o setor onde os desempregados foram abrigados dá sinais de esgotamento. É o que mostram os dados das pesquisas que captam informações sobre emprego e desemprego no país nos últimos meses, cujos dados dos órgãos oficiais, têm apresentado uma combinação de crescimento de taxas de desemprego aberto, ou seja, mais pessoas sem ocupação com queda nos rendimentos reais. Até agora este era o trunfo da equipe econômica que por repetidas vezes anunciava que caía o emprego na indústria, no entanto, aumentava nos serviços. É verdade que tem ocorrido

TABELA - 1

INDICADORES SELECIONADOS DO BRASIL - MÉDIAS ANUAIS EM PORCENTAGEM				
INDICADORES	1981/ 1983	1990/ 1992	1984/ 1986	1993/ 1994
EMPREGO FORMAL	6,3	-7,9	4,9	0,7
EMPREGO SEM CARTEIRA (SP)	-	1,2	-	9,0
EMPREGO INDUSTRIAL	-	-9,8	8,4	2,9
DESEMPREGO ABERTO (RMS)	6,5	4,2	5,4	4,7
DESEMPREGO TOTAL (SP)	-	12,4	10,7	14,2
EXPORTAÇÃO	2,7	1,4	4,5	5,8
IMPORTAÇÃO	-5,4	4,3	-3,6	11,1
PRODUTO INDUSTRIAL	-2,8	-4,8	8,7	5,8
PRODUTIVIDADE	4,2	6,7	3,2	8,9

aumento nos rendimentos dos que estão na economia informal, mais dos que na formal, porém, o setor de serviços ao mesmo tempo que gera muitos empregos os destrói também, dada a baixa qualidade do emprego neste setor. Em que pese os péssimos indicadores do mercado de trabalho brasileiro, o governo propõem medidas que agravam ainda mais o emprego no país. É o que se deduz do pacote de medidas para reduzir o chamado "Custo Brasil", que faz parte do receituário do Consenso de Washington aos países em desenvolvimento, veja o Quadro-2. As medidas propostas ao nível da empresa, segundo o governo, servem para aumentar a competitividade da nossa indústria, frente a dos outros países. No entanto, o que se observa é que na prática o que se quer é a redução de direitos. O chamado "Custo Brasil" não é lá estas coisas que se tem falado por aí. Quando analisamos os dados, vemos que o custo/hora no Brasil na indústria é de US\$ 2,50, frente

a US\$ 5,00 na Coreia, US\$ 16 nos EUA e Japão e US\$ 19 na Itália (Bureau of Statistics EUA). Então o que seria a tal flexibilidade ao nível da empresa? Capacidade de acomodar o fluxo de trabalho à sua demanda, em resposta a flutuações do nível de atividades, ou de acomodar o nível de emprego à variações na demanda. Mas que flexibilidade é esta se o Brasil já tem o mercado de trabalho mais flexível do Mundo, veja Tabela-2. Indicador internacionalmente aceito para medir a flexibilidade é o tempo de serviço na empresa. Pois bem, metade dos trabalhadores brasileiros permanecem menos de dois anos na empresa. O que condiciona isto? ambiente macro e micro. Com inflação elevada é fácil reduzir o salário real, por conta da ineficiente proteção. No ambiente micro, como as empresas numa economia estabilizada não podem reduzir o salário nominal, proibido por lei, demitem trabalhadores com salários maiores e contratam outros com salários menores. Com inflação alta, o mecanismo da inflação se encarrega de girar o disco da flexibilidade, com a economia estabilizada isso não é mais possível, então é preciso criar um aparato legal para dar amparo a este mecanismo. Bom, mas se o Brasil tem um custo do trabalho que é suportável aos nossos padrões, o que move os agentes do Capital. O que eles pretendem? Redução de salários indiretos, principalmente. É isto o que mobiliza a opinião pública atualmente com a redução de encargos e a adoção dos Contratos Temporários de Trabalho. A folha de pagamento tem uma tributação que proporciona contribuições para fundos dos trabalhadores e fundos dos empresários e para o Estado. Os fundos dos trabalhadores são o FGTS, 13º, férias, descanso semanal. Já os empresários têm seus fundos que sustentam o sistema Sesi-Senai,

TABELA - 2

ROTATIVIDADE

PORCENTAGEM DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA COM MENOS DE 2 ANOS DE SERVIÇO

PAÍSES	%
BÉGICA	18
DINAMARCA	27
FRANÇA	18
IRLÂNDIA	22
ITÁLIA	13
HOLANDA	28
CANADÁ	33
ESTADOS UNIDOS	39
JAPÃO	21
FINLÂNDIA	28
BRASIL	50
CAXIAS DO SUL*	44,1

Fonte: Economia, Capital & Trabalho - PUC-RIO. Dados Brasil, média 88-91 RAIS-MTB. Para os demais países diversos anos.
*Para Caxias, dados da RAIS-92 somente o setor metal-mecânico. Relatório: IPESUCS - Sindicato dos Metalúrgicos, 03/96

Fiesp, Fiergs etc. e o Estado, a previdência. Quando se fala então em reduzir o "Custo Brasil", é bom ter cuidado com o que quer se reduzir. No momento se fala apenas em reduzir a parte dos trabalhadores. E os fundos dos empresários, e a parte do Estado, com quem fica?

Por estas razões é que a questão do emprego merece uma discussão séria e que envolva todos os atores sociais. Faz-se necessário uma política pública de emprego

articulada com outras políticas industrial, monetária, fiscal etc, que oriente o país para o desenvolvimento. O emprego não pode mais ser subproduto do crescimento. É necessário discutir quais os setores que deverão ser protegidos neste processo de abertura e quais os que não carecem mais desta proteção e podem ser submetidos à concorrência internacional. É necessário também democratizar as relações de trabalho no país. É

impossível conviver com altas taxas de rotatividade como as vigentes atualmente. Na era da qualidade, oscilações no quadro de pessoal só tendem a favorecer perda da nossa competitividade. Qualificação/requalificação como quer o governo, não tem sentido sem uma política orientada para o desenvolvimento do país. O que está em jogo neste momento não é apenas a questão do emprego é a construção de uma sociedade democrática, que sabe conviver

com o dissenso e com suas instituições. É preciso construir o pacto da solidariedade.

1 Termo criado por John Williamson (1992) no seu Washington Consensus para caracterizar uma casta de técnicos, em geral economistas, que comandam a economia distante das pressões da sociedade. Este núcleo gravita em torno da assessoria do presidente Fernando Henrique e tem na figura de Gustavo Franco do Banco Central, a expressão mais acabada do que o Consenso de Washington desenhava para os países que coloquem em prática políticas de inserção passiva aos mercados globais.
2 Maior investidor do mundo nos chamados "mercados de derivativos". Suas apostas quebraram com o banco da Inglaterra.
3 Dados do IBGE da sua Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada nas principais

capitais brasileiras.
4 Entrevista concedida ao jornalista Nathaniel Gardels do Global Viewpoint, publicado pelo Estado de São Paulo na sua edição de 09/09/96. Foi embaixador dos EUA na Índia e consultor do governo John Kennedy. É um poucos economistas americanos que não aceitam a idéia do Estado Keynesiano que ele ajudou a construir. Ele atribui ainda muita ênfase ao Estado como promotor da justiça social e não a idéia dos que acham que o mercado é a solução.

REMI CASTIONI
Economista,
professor-pesquisador
IPESUCS



QUADRO - 2

RECEITUÁRIO DE MEDIDAS DE AJUSTE E ALGUNS IMPACTOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AO MERCADO DE TRABALHO		
MEDIDAS	OBJETIVO	IMPACTOS
POLÍTICA MONETÁRIA RESTRITA	DIMINUIR A DEMANDA AGREGADA	ELEVAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS, REDUÇÃO DO INVESTIMENTO, QUEDA NO NÍVEL DE ATIVIDADE E DO EMPREGO, CRISE BANCÁRIA
LIBERALIZAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS	AJUSTE DO BALANÇO DE PAGAMENTOS	POSSÍVEL ENTRADA DE CAPITAIS DE CURTO PRAZO, AMPLIAÇÃO DOS RISCOS DE SAÍDA DE CAPÍTULOS E DE CRISE ABRUPTAS (BANCÁRIA E CAMBIAL)
PRIORIDADE PARA A EXPORTAÇÕES	LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E INSERÇÃO EXTERNA	PREÇOS RELATIVOS FAVORÁVEIS AOS BENS TRANSÁVEIS, INIBIÇÃO DO MERCADO INTERNO SEM MAIOR GARANTIA DE COMPETITIVIDADE EXTERNA
MANUTENÇÃO DAS TAXAS DE JUROS REAIS POSITIVAS	ATRAIR FLUXOS DE CAPITAIS EXTERNOS	ELEVAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA, MENORES APORTES AO SETOR SOCIAL, ENTRAVES À INVERSÃO, AMBIENTE MAIS FAVORÁVEL ÀS PRIVATIZAÇÕES
FORTES E REPETIDOS AJUSTES FISCAIS	PAGAR OS CRESCENTES SERVIÇOS DE AMBASAS DÍVIDAS	CORTE DE SUBSÍDIOS DE INTERESSE SOCIAL, ATRASO NA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA, MENORES E PIORES SERVIÇOS SOCIAIS, MENOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS
ÂNCORA MONETÁRIA EM DIVISAS EXTERNAS	ESTABILIZAR O VALOR DA MOEDA NACIONAL	RESTRICÇÕES EM POLÍTICAS MONETÁRIA E FISCAL, RISCOS DE DÉFICIT ESTRUTURAL NA BALANÇA COMERCIAL E MAIOR NECESSIDADE DE CAPITAIS EXTERNOS: DILEMA (DESVALORIZAÇÃO OU RECESSÃO)
MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA	DISSEMINAR O NOVO PADRÃO TECNOLÓGICO E ORGANIZACIONAL	INDISPENSÁVEL EM VÁRIOS SETORES. NO ENTANTO, SEM POLÍTICAS SETORIAIS, SOBRETUDO INDUSTRIAL, AMPLIA O DESEMPREGO, A PRECARIZAÇÃO E A CONCENTRAÇÃO DA RENDA
DESREGULAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	DAR MAIOR FLEXIBILIDADE À EMPRESA	AUMENTO DA DESIGUALDADE, REGRESSÃO DE DIREITOS, E ATIVIDADE SINDICAL AFETADA

LITERATURA

João Benévolo, o Desempregado*

Ochofer de uniforme azul com botões dourados desce de seu lugar, tira o chapéu e abre a porta. Um vulto salta para a calçada. É uma senhora gorda, vestida de seda azul com enfeites de renda bege; na cabeça, um chapéu que lembra uma grande rosca preta e lustrosa. Os seios bastos se projetam para a frente, como uma marquise a sobressair duma rotunda.

- É ela mesma! - confirma Laurentina.

- Imaginem... - diz João Benévolo. E, mal pronuncia a palavra, fica a perguntar a si mesmo a troco de que a pronunciou, pois ela não tem sentido, não quer dizer nada.

- Essa vaca gorda! - resmunga Laurentina.

- Quem, Tina?

- Essa D. Dodó...

Neste momento dona Dodó é para Laurentina, antes de mais nada, a esposa do comerciante Teotônio Leitão Leiria, proprietário do Bazar Continental, onde João Benévolo trabalhava... E antes que a florida massa de carne desapareça por completo, tragada pela porta que se abre na fachada triste, João Benévolo lembra-se daquela tarde de pesadelo quando Leitão Leiria, com a sua voz de vaselina, mole e escorregadia, branca e insinuante, lhe disse, com o ar de quem dá boa notícia:

- Somos forçados a despedi-lo, Sr. João Benévolo, porque estamos fazendo economias. Os tempos andam difíceis, o senhor compreende, vende-se menos, os impostos são altos, de sorte que muito a contragosto nos vemos obrigados a medidas drásticas como estas. Acredite que isto me aborrece muito, me pesa no coração, mas...

Leitão Leiria pronunciou a palavra drásticas com visível satisfação. Ao declarar que aquilo lhe pesava no coração, botou a mão espalmada no peito. - Essa vaca! Aquele porco! - continua Laurentina a resmungar. - Não têm dinheiro para pagar um empregado mas têm para comprar um bruto automóvel daquele tamanho...

João Benévolo mira o carro com olho triste. O que sente não é raiva. O Sebastião, que também está desempregado, tenta impingir-lhe idéias comunistas. Diz que o dinheiro está mal distribuído no mundo: uns têm demais, outros têm de menos, tomam banho em champanha, outros morrem de fome. Mas o sentimento que os ricos despertam em João Benévolo é de admiração e de inveja. Uma inveja passiva de quem sabe e nunca, por mais que faça e pague, e grite, poderá atingir aquelas culminâncias de felicidade e conforto. João Benévolo admira os ricos como a criaturas dum mundo remoto completamente fora de seu alcance e aceita-os quase como os povos antigos aceitavam seus reis - por direito divino. Diante do Chrysler Imperial do homem que o deixou sem emprego, ele apenas consegue ficar nesta atitude calada e triste de criança pobre que achata o nariz contra o vidro da vitrina onde se expõem brinquedos caros. E só atina com isto:

- Porque será que a d. Dodó entrou na casa do Maximiliano?

Voz do Bancário

Bancários querem 21,08% de reposição

Bancário, Sindicalize-se!

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região nunca fez esforços para ter o máximo possível de bancários sindicalizados. Regularmente, faz campanhas de sindicalização. Isso porque a entidade entende que o banco não é sua sede, mas sim sua pessoa jurídica. O sindicato é a união dos bancários em torno de uma entidade que os represente. Atualmente, são 1685 sindicalizados e 442 não sindicalizados. Por isso, o sindicato está deflagrando uma nova campanha de sindicalização, visando obter ainda mais a adesão.

Convocam-se os que acham que o sindicato é dispensável. Para fazer uma retrospectiva histórica para ver quantas conquistas já tivemos através do sindicato. Ninguém negocia individualmente com o banco seu salário e suas condições de trabalho. Quem negocia é o Sindicato. Quanto mais representativo, mais forte será o Sindicato. Quanto mais forte, maiores serão as conquistas.

Sindicalize-se e
defenda sua entidade!



Seminários Regionais apontam reivindicações dos bancários

Está deflagrada a campanha salarial/96 dos bancários. Depois de realizados seminários regionais e o Seminário Nacional de Planejamento da Campanha Salarial (15 e 16 de julho, em São Paulo), foram apontadas as reivindicações que deverão ser submetidas à apreciação das assembleias de bancários em todo o país.

O índice de reposição será 21,08%, correspondente à variação estimada do IGV do DIEESE no período de setembro/95 a agosto/96. Será reivindicada também a participação nos lucros. Quanto à produtividade, o índice ainda não foi definido. Em princípio, será a rentabilidade média dos maiores bancos do país no período.

Os bancários voltarão a insistir na redução da jornada de trabalho para 5 horas, na garantia do emprego e no respeito à Convenção 158 da OIT, que proíbe demissões imotivadas.

DESEMPREGO

Começam demissões no BANESPA

Há mais de um ano e meio o Banespa está sob intervenção do Banco Central. Entre as idas e vindas, nenhuma solução. O banco só não quebrou por causa de seu nome, de sua tradição, por ser o maior banco estadual do país.

E, possivelmente, porque a opinião pública já sabe que o problema é com o governo de São Paulo que deve para o Banespa. Porém, os funcionários foram "convidados a dar sua cota de contribuição" em prol da instituição. E da pior maneira possível: sendo demitidos. Em um primeiro momento, foram 170 banespianos. Todos pertencentes a agências de fora de São Paulo. Mas em São Paulo também haverá demissões, segundo informação dos interventores.



O banco alega o necessário equacionamento dos custos com as receitas. Mas, segundo Ademir Wiederkehr, representante do Corep Sul, as demissões representam uma economia irrisória. O que resolve a situação do Banespa é o pagamento dos R\$ 18 bilhões pelo governo do Estado e uma ofensiva do banco no mercado.

OS PISOS SALARIAIS REIVINDICADOS SÃO ESTES:

PORTARIA	R\$ 450,00
ESCRITURÁRIO	R\$ 600,00
CAIXAS	R\$ 800,00
TESOURARIA	R\$ 900,00
COMISSIONADOS	R\$ 1.600,00
GERENTES	R\$ 2.500,00

VEJA TAMBÉM

OPINIÃO: Você paga seu desemprego

BB: Oito horas é ilegal!

Greve Geral: 12 milhões pararam

**Congresso dos funcionários
do MERIDIONAL**

Voz do Bancário



OPINIÃO

Você paga seu desemprego

No Japão, os bancos enfrentam um mar de empréstimos não pagos, ou créditos de liquidação duvidosa. São 370 bilhões de dólares, segundo o governo, ou de 500 a 600 bilhões de dólares de acordo com analistas. Origem dos problemas: a "corrida" para a compra de imóveis, inclusive no exterior, que grupos empresariais e investidores japoneses desencadearam nos anos 70 e que deixou enormes prejuízos aos compradores. Para evitar a quebra do sistema financeiro, o governo enviou mensagem ao Congresso pedindo autorização para injetar recursos nas instituições em dificuldades. Quanto? 9 bilhões de dólares. Ou algo como 2,5% do "rombo" que ameaça o sistema. Comparando os números e o comportamento do governo japonês com o do Brasil vem a indignação. Aqui, em poucos meses, o Banco Central despejou 12 bilhões de reais no Nacional, Econômico e outros "lambaris" - através de medidas provisórias e em condições ultravantajosas. Esse contraste reafirma o óbvio: o Proer, pretensão programa de reestruturação do setor financeiro, é um escândalo sem paralelo no mundo. Talvez por isso, o impacto

dessa dança de bilhões tem levado a opinião pública, e a categoria dos bancários em particular, a não questionar em profundidade uma distorção menos ruidosa, porém tão grave quanto a queima de dinheiro público. A própria essência do Proer é inaceitável do ponto de vista econômico e social. Com ele, o Banco Central deu-se o direito de desencadear um processo de falsa modernização do setor financeiro, utilizando recursos da sociedade para gerar mais emprego - sem que o mercado efetivamente o exigisse, o que é fundamental lembrar. É esse o sentido da permissão para que os bancos abatam de seus lucros, e retirem do imposto de renda, os investimentos em "reorganização", na prática sinônimo de automação indiscriminada sem análise efetiva dos custos e benefícios envolvidos. E tudo se passa como se o bancário contribuinte pagasse para o banco desempregá-lo. Por que essa "modernização" atabalhoada é discutível do ponto de vista econômico? Pesquisas divulgadas no começo do ano mostraram que mesmo nos centros urbanos - que dirá nos Catimbós da vida - apenas 25% dos clientes dos bancos usavam habitualmente os serviços automáticos simples, como

caixas automáticas. A partir daí, imagine-se o desperdício (desempregador) representado pelos serviços tipo "banco em casa", com investimentos brutais em infra-estrutura para utilização por parte de uma minoria ínfima. Forçosamente, são operações antieconômicas e não exigidas pelo mercado.

O balanço do primeiro trimestre divulgado pelo Unibanco dá idéia das dimensões dos "presentes" desempregadores feitos aos banqueiros: há provisões, abatidas do imposto de renda, de nada menos de 160 milhões para investimentos em "modernização". Ou o equivalente a 250% do lucro declarado no período, na faixa dos 60 milhões de reais. Como se não bastasse o financiamento para a "modernização" às custas dos contribuintes, o Banco Central assume descaradamente o fomento ao desemprego. Nas últimas "incorporações", como no caso do Banorte, ficou estabelecido que o Banco central (o contribuinte) será responsável pelo pagamento a funcionários demitidos (...).

Aloysio Biondi

EVIDÊNCIA

BB I

OITO HORAS É ILEGAL
A Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) aceitou denúncia do Sindicato dos Bancários de São Paulo contra o BB, que pretendia aumentar a jornada de trabalho dos comissionados para 8 horas. A Procuradoria ajuizou ação contra a instituição e o judiciário concedeu liminar. Na ação, alegou-se que as 6 horas fazem parte do contrato de trabalho, não podendo o empregador simplesmente aumentar a jornada com evidentes prejuízos aos empregados.

BB II

ENCONTRO ESTADUAL (RS)
Realizou-se, no dia 20/7, o Encontro Estadual dos Funcionários do BB, em Porto Alegre. Teve como pauta: conjuntura nacional, a situação do BB e campanha salarial. Estavam presentes 38 delegados. Concluiu-se que a situação do banco é delicada e que os funcionários têm sido as principais vítimas no processo de ajuste da instituição. De outro lado, acredita-se que o BB é viável e que os funcionários devem unir-se para superar a crise pela qual passa o banco.

BAMERINDUS

BANCO NÃO QUEBRA
Até o caso Bamerindus, acreditava-se que boatos dando conta de crise seriam fatais para qualquer banco. Ficou provado que nem sempre isso é verdadeiro. Não faltaram boatos contra o banco do Andrade Vieira, mas ele não ruiu. Com a ajuda do governo e reestruturação interna conseguiram salvar a instituição paranaense.

SUPERBANCO

O "BALÃO" DO BRITTO
Com o fracasso da privatização do Meridional, o até então omissso Antônio Britto resolveu fazer marketing e "sair por cima". Lançou a idéia do Superbanco. Uma fusão do Meridional, Banrisul, Caixa Econômica Estadual e BRDE. Um verdadeiro balão. Como fundir empresas com

características institucionais jurídicas e de mercado diferentes? Uma idéia impraticável. Britto mais uma vez mostrou um oportunismo pior qualidade. Nem o governo federal levou a proposta a sério.

GREVE GERAL

12 MILHÕES PARARAM
A greve geral do dia 21 de junho não foi um fracasso como noticiou a grande imprensa. A totalização feita pela CUT, CGT e Força Sindical mostrou que 12.850.000 de trabalhadores brasileiros paralisaram em protesto contra a atual política econômica do governo, que tem feito o desemprego crescer progressivamente. Esse número representa nada menos de que 20% dos trabalhadores brasileiros.

PROER INVISÍVEL

BANCOS PÚBLICOS AJUDAM PRIVADOS
Denúncia feita por Aloysio Biondi, jornalista econômico, na Folha de São Paulo (30/06/96): "Para favorecer o sistema financeiro privado, a equipe FHC/BNDES tem-se utilizado do Banco Central, da CEF e do BB: todas as três instituições públicas transformadas em uma grande lixeira de papéis e operações podres, ruínas em uma escala sem precedentes. Um PROER invisível, uma espécie de operação pró-banqueiros, faz com que o governo FHC engula todos os negócios menos lucrativos ou que possam dar prejuízo aos bancos privados, agora ou no futuro".

MERIDIONAL CONGRESSO DOS FUNCIONÁRIOS

Os funcionários do Meridional realizarão seu congresso nos dias 17 e 18 de agosto. Será no Rio Grande do Sul. O congresso terá como pauta: conjuntura, campanha salarial, organização dos funcionários. Também será eleito o novo comando dos funcionários. As delegações deverão ter um representante de cada 50 (ou fração de 25) funcionários na base, além dos delegados natos do Congresso - dirigentes sindicais e representantes funcionais.

Voz do Bancário

JORNAL DO
SINDICATO DOS
BANCÁRIOS DE
CAXIAS DO SUL
E REGIÃO
ANO 13 - Nº 68
SETEMBRO/1996

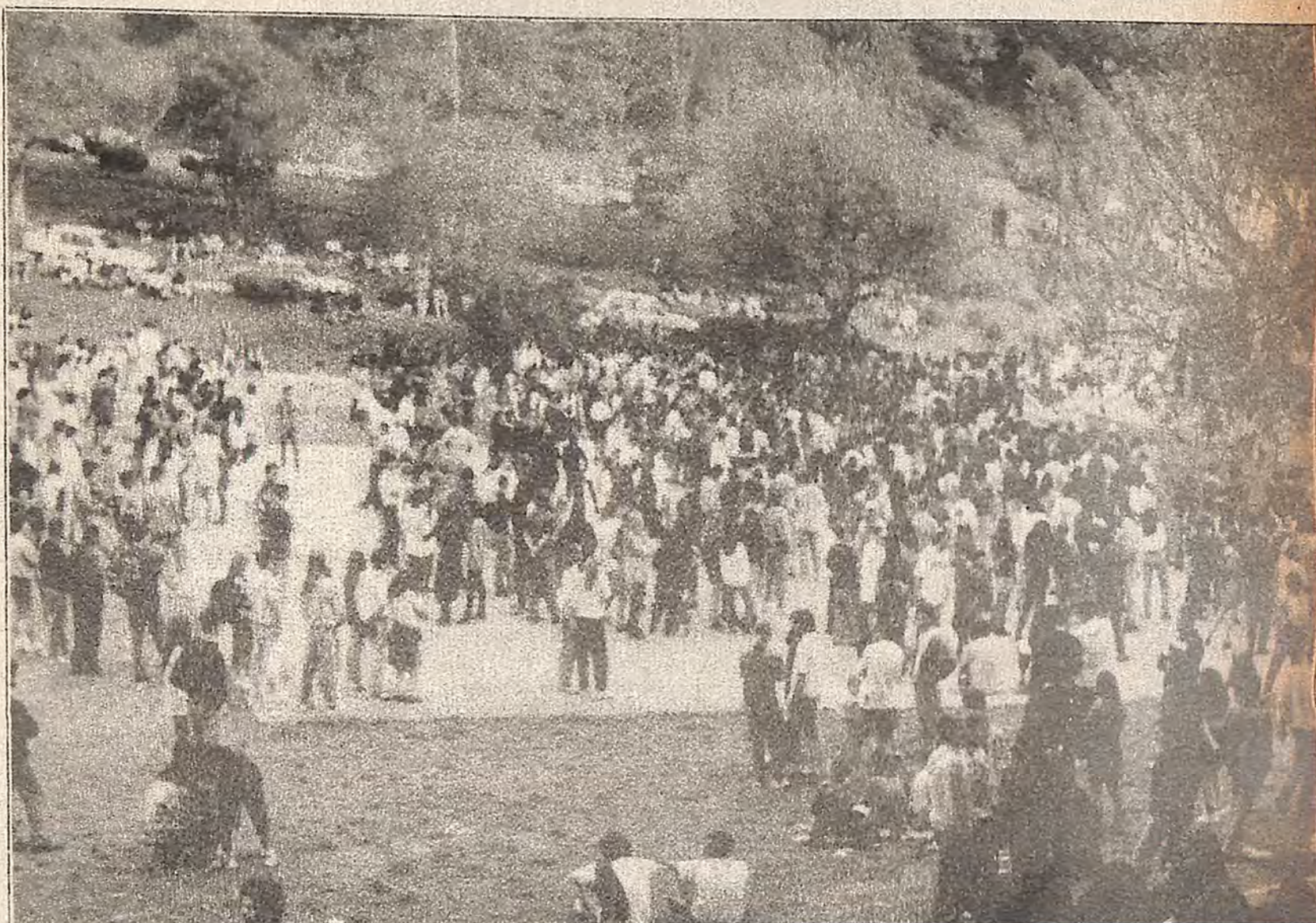
Britto/PMDB querem "Minibanco"

Não há como deixar de reconhecer uma coisa no Britto: ele é um bom marketeiro. Quando o Meridional estava para ser privatizado, o amigo do Piratini lavou as mãos. Quando houve um sinal de fracasso da privatização, o Britto, marketeiro oportunista, lançou o "balão" do superbanco: fusão do Meridional, Banrisul, CEF e BRDE. Ora, tem o governo federal, de quem ele é amigo, levou a cabo a proposta. Como fundir instituições com perfis de mercado e jurídico diferentes? Mas, na verdade, não surgiria um superbanco, mas sim um minibanco. Fechamento de agências, corte de funcionários. Ou seja: haveria redução e não ampliação da capacidade operacional. E, dada a competição entre os bancos, o espaço deixado pelo minibanco seria ocupado imediatamente pela banca privada. O que é contraditório com o objetivo do superbanco. Em síntese, o superbanco do Britto e do PMDB é um "minibanco", pois haverá demissões em massa de funcionários e fechamento de agências das instituições envolvidas.

VEJA TAMBÉM

OPINIÃO: Banco
ou Armazém?

3 Congresso dos
funcionários do
Meridional



Trabalhadores na luta por mais emprego e garantias sociais, um cenário político onde os Bancos e o Governo FHC são os grandes vilões

FHC, Britto e Cia., chega de desemprego

O desemprego é o maior problema do Brasil. São milhões de desempregados. O desemprego é o assunto mais comentado pela imprensa e pelas pessoas, desde as mais simples até as mais bem posicionadas cultural e socialmente.

A política econômica de FHC, sustentada pelo PMDB, PFL, PSDB, PL e PTB, com apoio de governadores como BRITTO e COVAS, baixou a inflação, mas fez o desemprego crescer como nunca. De que adianta os preços dos alimentos relativamente estáveis, se as pessoas não têm emprego? Se não há emprego, não há salário.

GOVERNO DESEMPREGADOR

FHC e Cia. têm financiado o desemprego em vários setores.

Veja-se o setor bancário. O governo está financiando o desemprego dos bancários. De que maneira? Através do BACEN, emprestando dinheiro via PROER para modernização tecnológica, sem impor condições de não demissão, como fez o governo japonês ao emprestar dinheiro a bancos e empresas. A título de exemplo, o Excel Econômico recebeu R\$ 200 milhões e demitiu milhares de bancários; o Bamerindus recebeu ajuda e para isso prometeu, entre outras coisas, fazer um enxugamento. O Unibanco, com dinheiro do Proer, demitiu milhares de funcionários do antigo Nacional. O governo desemprega através do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que destina 40% de seus recursos para o BNDES, que repassa para as empresas fazer a reestruturação produtiva

(reengenharia, qualidade total, etc.) que gera mais demissões. É uma ironia, mas é verdade. O que é para amparar o trabalhador está servindo para desampará-lo. Mais: todo o dinheiro investido pelos bancos em modernização tecnológica, que gera demissões, é descontado do Imposto de Renda. É um absurdo!

O BODE EXPIATÓRIO DE BRITTO

O Britto (PMDB) não tem colaborado apenas indiretamente com o desemprego ao apoiar FHC, mas também diretamente. Demitiu milhares de funcionários públicos. Aliás, em suas entrevistas, sempre dá a entender que a grande causa dos males do Rio Grande é o funcionalismo público. Pensa que os gaúchos são bobos! Todo mundo sabe o quanto ganha um

soldado da brigada militar, um policial civil ou um professor.

DESEMPREGO E VIOLÊNCIA

A sociedade brasileira está alarmada, apavorada. A violência, nas grandes e médias cidades, principalmente, nas classes mais pobres, ceifa vidas impiedosamente. A principal causa é o desemprego que empobrece e brutaliza as pessoas, na luta pela sobrevivência. É claro que a impunidade colabora. Mas não é o fator principal como querem fazer crer alguns.

Quanto maior o desemprego, maior a miséria, maior a violência. Por isso, é hora de os cidadãos conscientes e preocupados com o amanhã manifestarem sua indignação e dizer: CHEGA DE DESEMPREGO!

Voz do Bancário



Congresso discutiu com muita propriedade temas como Campanha Salarial e o futuro do Banco Meridional

5º Congresso dos funcionários do Meridional

Nos dias 17 e 18 de agosto realizou-se o 5º CONGRESSO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO MERIDIONAL, em Tramandaí (RS). Participaram 283 funcionários, de todo país. Foi um dos melhores congressos do Meridional. A pauta do Congresso foi debatida com muita qualidade.

CAMPANHA SALARIAL

O Congresso, por unanimidade, decidiu que os funcionários do Meridional devem integrar-se ao conjunto da categoria na campanha salarial. Não há estratégias específicas para o Meridional. A minuta de reivindicações a ser apresentada ao Banco será enxuta. São reivindicações específicas ao Meridional: revisão de funções e comissões dos comissionados, Uniodonto, Unimed, comissão paritária de saúde, plano de carreira e pagamento de tíquetes e cesta alimentação para os aposentados. As demais reivindicações já estão na minuta da FENABAN

NOVO COMANDO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS

Foi eleito o novo Comando. Terá 25 membros. Dentre esses 25, 7 formarão a Coordenação Executiva.

CONTRA O 'MINIBANCO' DO BRITTO

O Congresso foi unânime em rechaçar a proposta do Superbanco do Britto. Na verdade, é um minibanco, pois haveria redução de agências e corte de funcionários. Os funcionários do Banrisul e CEE também são contra.

O MERIDIONAL DO FUTURO

Nesse ponto se deu a maior polêmica do Congresso. Uma parte defendia o Meridional como BANCO PÚBLICO ESTATAL. Ou seja, um banco com função social e do Estado. A outra parte entende que o Meridional deixará de ser estatal no governo FHC. O governo federal não quer mais o banco. E privado

nós não queremos.

Ora, se estatal deixará de ser e privado não queremos, urge a apresentação de uma alternativa. Por isso, defendemos o Meridional como BANCO PÚBLICO NÃO ESTATAL. Um banco que teria nos dois primeiros anos 51% do governo de fato e o restante seria dos funcionários, de cooperativas, prefeituras, governos de Estado e de entidades da sociedade civil. Seria um banco com função social, eficiente e com caráter público. Passados dois anos, o governo federal venderia sua parte dando preferência aos outros sócios. Esse é o projeto elaborado pela Prefeitura de Porto Alegre, funcionários, professores da UFRGS e técnicos do DIEESE. Esse é projeto que o nosso Sindicato defende, porque é o único viável nesse momento. No Congresso não houve consenso. Será realizado um plebiscito entre os funcionários para ver qual proposta é a aprovada.

O nosso Sindicato foi representado pelo diretor WILSON STEINMETZ.

OPINIÃO

Banco ou Armazém?

Conhecemos formas caricaturadas de como os sovins, os mãos-de-vaca, os pães-duros, os ricos, os nobres e os capitalistas guardavam seu dinheiro: no cofrinho, debaixo do colchão, em latas enterradas na terra, dentro de cavernas. Já os pobres guardavam dentro de meias, no meio das tetas ou em saquinhos plásticos. Todos procuravam a melhor forma de resguardar suas moedas, mas nenhum lugar era cento por cento seguro.

Passando os anos, alguns homens montaram casas onde os temerosos senhores do dinheiro pudessem colocar o mesmo, em grandes quantidades, em segurança. Em troca, os senhores do dinheiro pagariam uma certa quantia pelo serviço prestado pelos banqueiros. Surgiam os bancos. Tempos depois os banqueiros descobriam que a grande quantidade de dinheiro guardado ficava nos cofres, protegidos por paredes de aço por longos períodos. Começaram então a emprestar o dinheiro dos outros, evidentemente cobrando juros por isso. Recebiam, então, nova função estas instituições: além de guardar dinheiro e receberem por isso, também emprestavam dinheiro, igualmente recebendo por isso. Os homens, primeiramente, e mulheres, depois, que trabalhavam nessas bancas - os bancários - durante todos este período histórico também tiveram funções diferenciadas, conforme a evolução dos negócios e ampliação dos serviços prestados pelos bancos. Na hierarquia

operária, de aristocracia dos assalariados dos primeiros tempos até dias bem próximos transformam-se em atendentes de balcão de bodega em nossa época. Muitos subirão nas tamancas - "bem-aventurados os pobres de espírito..." - dizendo que não, o bancário é cada vez mais um trabalhador especializado, que lida com a informática, a cibernética e com o raio-que-o-parta. Mas esta informatização toda retirou o glamour anterior do trabalho bancário e também retirou o próprio trabalho: o que o computador faz sozinho muitos trabalhadores não fazem juntos. Criou-se assim novas demandas para o bancário da atualidade, entre elas a de vendedor - nas variadas formas, desde o que fica oferecendo produtos no balcão até o que sai a bater-perna pela cidade para vender os produtos do banco (função que eufemisticamente chamam de "expansão").

Os homens adaptam-se às circunstâncias. No caso dos bancários os sobreviventes estão deixando mesmo de ser os próprios. Se esse trem comprido da história continuar nos trilhos atuais, poderemos propor daqui a uns tempos a mudança do nome da categoria, ou então a fusão desta com os trabalhadores que realmente têm a função de vender, que são os comerciantes. Bancário-vendedor: defenda seus direitos: exija comissão por vender as quinquilharias dessas bodegas informatizadas e sofisticadas.

Roberto Fogaça do Nascimento
Secretário de Cultura do Sindicato

Voz do Bancário

JORNAL DO
SINDICATO DOS
BANCÁRIOS DE
CAXIAS DO SUL
E REGIÃO
ANO 13 - Nº 69
SETEMBRO/1996

Sindicato inaugura a sede campestre dia 27 de setembro

COMO
CHEGAR NA
SEDE
CAMPESTRE



Para chegar à sede,
vamos a RS-122; na
curva, dobra-se à
esquerda, em direção ao
Barru Desvio Rizzo.
No trilho do trem,
dobra-se à esquerda e
lá em frente há placas
sinalizando o caminho.
A sede fica próxima à
Escola Municipal
Rosário de São Francisco.

Agosto de 1996



VEJA TAMBÉM

ANABAN oferece
descontos de 8%

ANRISUL diz que
negocia só depois da
ANABAN

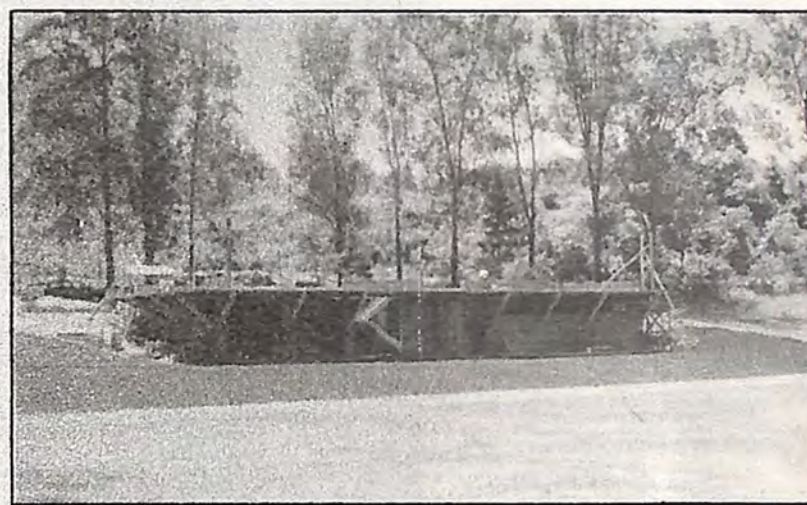
Era sonho, agora é realidade. Os bancários terão sede campestre própria. Trabalho de várias diretorias do Sindicato. Mas, faça-se justiça, mérito de todos os bancários. Foi com sua colaboração financeira que viabilizou-se esse audacioso projeto. Na campanha salarial de 1994, a diretoria do Sindicato encaminhou, em assembléia, uma proposta de desconto assistencial de 5% sobre o mês de setembro (1994) para construir a sede campestre. A categoria, mesmo em um momento de dificuldade econômica, concedeu o desconto assistencial pedido. Agora os bancários têm a disposição uma área de 700 m² de área construída, com espaçosa sala de jogos, salão de festas, vestiários e outras dependências, bem como quiosque, campo de futebol sete, quadra de vôlei de areia, açude e belíssima área verde, inclusive com árvores frutíferas. A sede campestre fica na Estrada Velha do Desvio Rizzo, próxima à Escola Municipal Rosário de São Francisco, atrás do Carrefour.



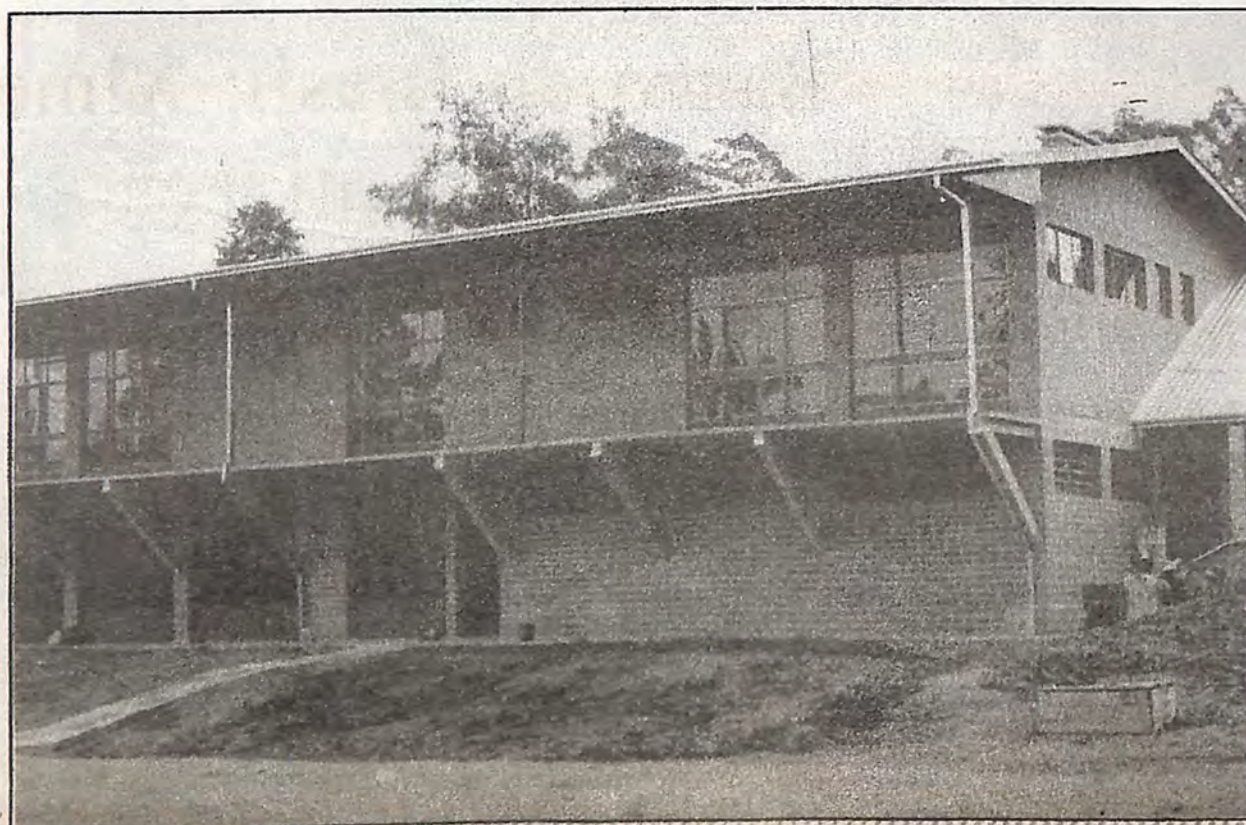
Tudo começou em 1986



1992



1994



Agosto de 1996

PROGRAMA DA INAUGURAÇÃO

Dia 27 (sexta-feira)

20 h - Solenidade de
inauguração (Será servido
chopp, salgados e doces)
22 h - Show de rock
Banda Sweet Beatle Juice
Convites no Sindicato,
com Eliane e Rochelle

Dia 28 (Sábado)

9 h - Torneio de
Futebol Sete
17 h - Entrega dos prêmios

Voz do Bancário

FENABAN oferece apenas 8%

A negociação com a Fenaban dia 11 de setembro foi rápida. Os banqueiros chegaram com a proposta já fechada, apresentando-a de imediato:

- 1 - Reajuste de 8% sobre os salários de setembro do ano passado.
- 2 - Reajuste de 10% para os pisos salariais.
- 3 - Reajuste de 8% para todas as verbas econômicas (tíquetes, auxílios, etc.).
- 4 - Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 60% do salário-base do bancário mais um abono para todos os bancários de R\$ 270,00, a ser pago, de uma só vez, após a publicação dos balanços do segundo semestre deste ano. O montante a ser pago não seria superior a 15% nem inferior a 5% do lucro líquido. A

proposta ainda exclui os bancos que têm programas próprios de participação dos funcionários nos lucros da empresa.

A Comissão de Negociação dos bancários rejeitou a proposta logo que apresentada. Um reajuste de 8% é ridículo. Nem a inflação do período é reposta. É inaceitável, também, uma participação tão inexpressiva nos lucros e resultados. E pior: apenas se receberia o dinheiro depois da divulgação do balanço do segundo semestre. Portanto, em 1997.

Como já se esperava, os bancos não levaram a sério nossas reivindicações. As dificuldades serão enormes. Mas os bancários têm a força da mobilização.



Eleições SASSE / FUNCEF

COMPARATIVO DAS PROPOSTAS

	Nossa reivindicação	Fenaban
Reajuste	2,71%	8%
Produtividade	6,71%	Zero
Piso portaria	R\$ 450,00	R\$ 308,00
Piso escritório	R\$ 600,00	R\$ 451,00
Piso Caixa*	R\$ 900,00	R\$ 638,00
PLR	25% lucro bruto	60% + R\$ 270,00**
Auxílio-refeição	R\$ 9,17/dia	R\$ 7,56/dia
Cesta alimentação	R\$ 133,56	R\$ 110,16
Auxílio Creche	R\$ 102,13	R\$ 84,24

* Já incluída a gratificação

** Pagos após a publicação do Balanço

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região está apoiando, nas eleições da SASSE / FUNCEF, que se realizarão no dia 10 de outubro, Sérgio Nunes da Silva (FUNCEF) e Jair Pedro Ferreira (SASSE). Com esses candidatos, o movimento dos empregados da CEF busca a consolidação e fortalecimento dos DIREPs.

SÉRGIO NUNES DA SILVA (FUNCEF)
Tem 44 anos e é economista. Foi admitido na CEF em 04 de agosto de 1975. Foi presidente da APCEF/RS de 1984 a 1986. Exerceu a presidência da FENAE no período de 1986 a 1993, sendo eleito por voto direto em nível nacional. Foi membro da Executiva Nacional dos Empregados da CEF, de 1985 a 1993. É o atual diretor representante dos trabalhadores da Caixa na Diretoria Executiva da FUNCEF, cargo que exerce desde 1993.

JAIR PEDRO FERREIRA (SASSE)
É formado em Ciências Contábeis, tem 37 anos. Ingressou na CEF em agosto de 1989. Foi delegado sindical nos anos de 1990/1991. É membro do Conselho Fiscal do FENAE. Também exerce, atualmente, o cargo de secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Londrina PR. É ainda membro-diretor do Conselho Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Londrina, como representante do movimento sindical.

BANRISUL negocia só depois da FENABAN

A primeira negociação (12/9) entre a Comissão dos Funcionários e a Diretoria do Banco não apresentou resultados concretos. O diretor de Recursos Humanos, João Carlos Bona Garcia, disse que o Banrisul mantém a proposta de 8% apresentada pela Fenaban. Os funcionários afirmaram a insuficiência da proposta.

Os representantes do Banrisul disseram então que voltam a negociar depois do encerramento das negociações da Fenaban. Sobre as cláusulas não-econômicas o banco disse estar analisando-as. Enquanto isso, os funcionários do Banrisul devem engajar-se nas atividades de campanha salarial.

Banco do Brasil: Ximenes anuncia privatização

Paulo César Ximenes, presidente do Banco do Brasil anunciou dia 06 de setembro a privatização do Banco numa palestra na Câmara de Comércio Americana, onde estavam presentes 120 empresários. "Não será neste governo e envolverá um debate longo no Congresso Nacional", disse ele. Segundo a Comissão de Empresa, "Ximenes admitiu finalmente qual é o seu papel e qual a finalidade de sua política, que até agora rendeu o megaprejuízo de R\$ 12 bilhões, encolheu o Banco e massacrou os funcionários e está acabando com o caráter social do BB".



Voz do Bancário

CUT

JORNAL DO
SINDICATO DOS
BANCÁRIOS DE
CAXIAS DO SUL
E REGIÃO
ANO 13 - Nº 70
NOVEMBRO/1996

SINDICALIZE-SE

Bancário(a),
estamos te convidando para fazer parte de
nosso Sindicato.
Além de nos dar força como bancário
sindicalizado, para negociarmos salários e
condições de trabalho, terás acesso à Sede
Campestre, gabinete odontológico,

assessoria jurídica e convênios com
descontos em estabelecimentos comerciais.
Para te presentear, confeccionamos uma
camiseta, que será distribuída a todos os
novos sindicalizados. Associe-se ao
Sindicato dos Bancários! O Sindicato somos
nós, os bancários!

MERIDIONAL demite novamente



Funcionários do Meridional engordam fila do desemprego



O MERIDIONAL é o banco estatal campeão em demissões, observada a proporção. Nos meses de novembro e de dezembro, a instituição está levando a cabo a terceira grande onda de demissões (as outras duas foram em 1990 e 1995). Ao menor sinal de dificuldades, o banco não titubeia. A palavra mágica é demissão.

O movimento sindical tentou negociar com o banco o

cancelamento do Programa de Reestruturação Organizacional (PRO). Um grupo de funcionários e dirigentes sindicais, no dia 4 de novembro, foi até a agência da Matriz para entregar um documento ao Presidente do Meridional pedindo o imediato cancelamento das demissões e a abertura de negociações entre diretoria e funcionários. O Presidente recebeu a comissão. Estavam presentes

também o deputado federal Miguel Rosseto e a deputada estadual Luciana Genro, ambos do PT. Depois de fazer suas considerações, o Presidente do Banco disse que não poderia se comprometer com o cancelamento das demissões, mas não fecharia as portas para o diálogo.

Na verdade, a diretoria do Meridional estava decidida a não recuar, em hipótese alguma.

Houve, ainda, um momento de esperança. No dia 19 de novembro, foi concedida uma liminar pela juíza da primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, Jane de Azevedo Machado, suspendendo as demissões. O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre tinha ajuizado uma ação cautelar inominada. No entanto, o Meridional ingressou com um mandato de segurança junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e conseguiu derrubar a liminar.

Antes do PRO, o banco tinha 8,6 mil bancários. Não se sabe quantos serão demitidos. O processo é cruel. Foram demitidos funcionários, pais de família, com mais de 20 anos de serviços prestados. Pouco importa o que o sujeito fez pelo banco. O importante, agora, é reduzir custos. Assim, os empregados passam a engordar as estatísticas do desemprego.

O movimento sindical fez o que pode, judicial e politicamente. Infelizmente, uma vez mais está vencendo o fantasma do desemprego. O governo FHC estabilizou a moeda, mas o preço que os trabalhadores estão pagando é elevadíssimo.

Banco do Brasil

A CONTEC OUTRA VEZ

Os tempos são outros, mas a CONTEC continua a mesma. Apegada à velha estrutura sindical sustentada pelo quase moribundo imposto sindical (1 dia de trabalho de março do bancário, descontado compulsoriamente), vira as costas para os seus representados, fazendo acordos na cúpula com a diretoria do BB. O problema é que os representados pela CONTEC são cada vez menos. Cerca de 10% dos bancários brasileiros.

A CONTEC não fez uma assembléia sequer com os empregados do BB e não consultou os sindicatos. Seus dirigentes mais uma vez devem ter pensado: "O que é bom pra nós, também deve ser para eles".

O acordo CONTEC/BB prevê reajuste de 0%, um abono de R\$ 300,00 para o pessoal da ativa; renovação das cláusulas sociais e sindicais do ano passado e uma suspensão em fevereiro do próximo ano. Um acordo rebaixado, muito menos do que merecem os bancários. Para que esperar um acordo que prevê 0% de reajuste?

Por fim, o que terá a CONTEC em mente ao serviço ao governo federal?

FHC baixa pacote contra servidor público

Para atingir as organizações de trabalhadores, o governo intimida quem dá sustentação a elas, ameaçando com demissão, redução e supressão de direitos, numa operação de aniquilamento e asfixia dos que resistem à falsa modernidade.

Três medidas provisórias, cinco decretos e três resoluções embrulham o pacote do Governo FHC contra os servidores, os empregados de estatais e os segurados da Previdência Social. A cesta de medidas, de conformidade com a exposição de motivos enviada ao Congresso, destina-se a reduzir o déficit público provocado, em grande parte, pelos encargos das dívidas interna e externa, pela prática

de altas taxas de juros, pela política cambial, pelo socorro aos bancos falidos e pelas generosas anistias, isenções e incentivos fiscais ao capital.

O pacote, a pretexto de combater privilégios e reduzir despesas públicas, alveja em cheio as três categorias de assalariados que ousam combater a política neoliberal patrocinada por FHC: os servidores públicos, os empregados das estatais, e os segurados da previdência social em vias de requerer aposentadoria. São exatamente estes três segmentos de trabalhadores que dão sustentação política e financeira às entidades sindicais, outro alvo prioritário do governo. Para atingir as organizações de trabalhadores, o governo intimida quem dá sustentação a elas, ameaçando com demissão, redução e supressão de direitos, numa operação de aniquilamento e asfixia dos que resistem à falsa modernidade.

O próximo passo, depois da fragilização dos trabalhadores

e precarização das relações de trabalho, será o desmonte das organizações sindicais, mediante a pulverização, a extinção de qualquer forma de contribuição para seu custeio, a aplicação de multas por deflagração de greve e, finalmente, limitação de sua representação apenas aos associados, tentando assim eliminar de vez as organizações representativas dos trabalhadores.

A perseguição aos servidores do Estado, incluindo os da administração direta e indireta, é inédita no país. Nunca um governo, nem mesmo os do regime autoritário, investiu tão ferozmente contra os servidores públicos e funcionários das estatais como o atual. Só nesses 22 meses de governo, além da proposta de reforma administrativa, FHC já adotou mais de 30 medidas em relação aos servidores públicos.

(Transcrito do Boletim do DIAP, Out. 96, pág. 04)

PRESTANDO CONTAS

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA EM 31 DE OUTUBRO DE 1996 DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO

RECEITA

MENSALIDADES	172.100,50
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	57.779,14
ALUGUEL DE IMÓVEL	28.957,29
OUTRAS RENDAS	27.745,03
TOTAL	286.581,96

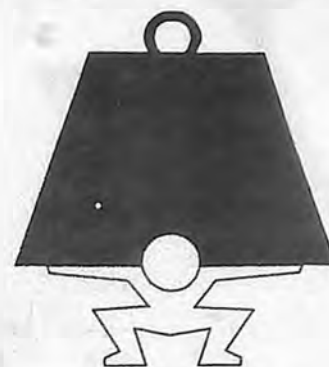
DESPESAS

FEDERAÇÃO - CONTRIBUIÇÕES	17.825,65
CUT - CONTRIBUIÇÕES	8.130,29
ASSISTÊNCIA DENTÁRIA	37.581,89
ASSISTÊNCIA JURÍDICA	7.607,16
ORDENADOS	42.748,93
PREV SOCIAL - FGTS - PIS	23.795,36
ADMINISTRAÇÃO GERAL	19.831,11
APLICAÇÃO SEDE CAMPESTRE	86.827,31
TOTAL	244.347,70

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS BANCÁRIOS EM 31/10/1996

CAIXA	852,98
BANCO DO BRASIL SA D POP	214,90
BANCO DO BRASIL SA CDB	10.000,00
BANCO DO BRASIL C/ INVESTIMENTO	4.278,54
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/COR	500,70
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CDB	25.000,00
BANCO DO BRASIL POUP OURO	1.387,14
TOTAL EM CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	42.234,26

OPINIÃO



Selvageria

Desde que entrou na moda, cheirava mal a expressão "flexibilização do mercado de trabalho". Na Europa, era apenas o codinome para a desmontagem do Estado do Bem-Estar Social, a menos imperfeita das construções institucionais do homem.

Na América Latina, a Argentina acaba de mostrar o que a expressão significa, na prática, com a proposta de flexibilizar os salários. Flexibilizar, aliás, é uma tremenda burla. Como ninguém teria a coragem de propor a redução de salários, pura e simplesmente, usa-se um eufemismo.

A flexibilização é só para baixo. Quando as empresas estiverem mal das pernas, têm o direito de reduzir salários. Mas, quando nadarem em lucros, não precisam dividi-los com seus trabalhadores. O pior é que, já, já, os especialistas de plantão no Brasil saíram em defesa da tese, esgrimindo argumentos pseudo-científicos, equações maravilhosas, o diabo, para provar que a inflexibilidade da legislação trabalhista é que impede a contratação

de mão-de-obra.

Mentira. As empresas argentinas não contratam porque a economia anda em estado catatônico, provocado, em grande parte, pela camisa-de-força do câmbio fixo. Que, por sua vez, transformou o país em empório importador. E quem importa emprega menos do que quem fabrica localmente, como é óbvio.

Como o governo não pode mexer no câmbio, sob pena de enterrar de vez o país, propõe mexer nos salários, o elo fraco da cadeia. É sempre assim, faz séculos. Mas nem a ditadura militar do período de 76/83, a mais selvagem da história argentina, teve a cara-de-pau de ir tão longe quanto o líder de um partido que se diz "justicialista".

Honestamente, de vez quando me bate uma saudade danada dos "Montoneros", o alucinado grupo guerrilheiro que a ditadura destruiu. A selvageria da direita bem que merece a selvageria dessa esquerda. Difícil é dizer qual é mais predatória.

(Clóvis Rossi, transcrito em Folha de São Paulo, 12/9/96)

Voz do Bancário

O jornal Voz do Bancário é uma publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - CUT. Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul (RS)
Fone: 223-2166 - Fax: 223-2405

Diretor de Imprensa: Wilson Steinmetz

Fotos: Mauro Ceccon

Editoração eletrônica: Manoel J. Licks

Fotolitos e impressão: Empresa Jornalística Pioneiro (RBS Jornal)
Tiragem: 2.300 exemplares